

DESAFIO PAN-AMAZONÍA RELATÓRIO EXECUTIVO



► Açai, Brasil

Amazon BeEco

El buen vivir para el desarrollo

O AmazonBeEco é um projeto financiado pelo BID Lab — o laboratório de inovação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) —, pelo Fundo Verde do Clima (GCF) e pelo Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus). Seu objetivo é fomentar um modelo de bioeconomia na região pan-amazônica, priorizando práticas sustentáveis e apoiando as comunidades locais. A iniciativa busca enfrentar problemas históricos como o desmatamento, a perda de biodiversidade e o impacto climático associados ao desenvolvimento convencional. Promove o crescimento inclusivo de bionegócios comunitários que valorizam a biodiversidade, as práticas tradicionais e o uso sustentável da terra. Além disso, busca empoderar as comunidades, melhorar seus meios de vida e contribuir para uma sociobioeconomia que combine equilíbrio ecológico e equidade social.

Nesse contexto, a Conexsus coordena o projeto com atividades voltadas a gerar dados abrangentes sobre diversos aspectos da sociobioeconomia, incluindo marcos regulatórios e institucionais, estruturas dos bionegócios comunitários, maturidade organizacional, ecossistemas financeiros e oportunidades de mercado. Para isso, a Conexsus trabalhou em parceria com cinco parceiros territoriais do projeto: IC Foundation, na Colômbia; Los Aliados, no Equador; National Coordinating Coalition, na Guiana; NESsT, no Peru; e Amazon Conservation Team, no Suriname.



► Ananás, Equador.

Cada atividade de mapeamento aborda uma dimensão específica da sociobioeconomia, utilizando metodologias adaptadas para garantir consistência, precisão e conhecimentos práticos nos países do projeto. No futuro, os resultados orientarão as intervenções do projeto, subsidiarão recomendações de políticas e contribuirão para o desenvolvimento de uma plataforma regional unificada que amplie a visibilidade e a colaboração no ecossistema da bioeconomia.

Nesta primeira etapa, o projeto coletou informações para compreender o contexto de cada país. Com base na adaptação das ferramentas e metodologias utilizadas pela Conexsus, foram identificadas redes, soluções e desafios da socioeconomia, revelando onde ainda há espaço para crescimento. Analisar o nível de maturidade organizacional, o dinamismo económico, as principais cadeias de valor, as parcerias estabelecidas e os recursos financeiros acessíveis, entre outros aspectos, permite compreender com maior clareza os desafios para impulsionar o ecossistema de bionegócios comunitários.

A Pan-Amazônia

O coração verde do planeta

Na Amazônia, pulsa a maior floresta tropical do mundo, um santuário que, segundo a WWF, abriga mais de 10% da biodiversidade global. Ela cobre mais de 40% do continente sul-americano, incluindo partes da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana Francesa, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela. Segundo a WWF, mais de 400 povos indígenas e comunidades tradicionais vivem ali, cujas vidas e culturas dependem do equilíbrio do ecossistema amazônico. Sua conservação não é apenas essencial para frear as mudanças climáticas e proteger a biodiversidade, mas também vital para a sobrevivência de milhares de pessoas que dependem diretamente de suas terras, florestas e rios.

Protagonistas da mudança

A 'bioeconomia da sociobiodiversidade' ('bioeconomia', daqui em diante) surge como uma estratégia que combina desenvolvimento econômico e conservação ambiental. Diferentemente dos modelos tradicionais centrados na exploração industrial e predatória de recursos. De acordo com o mapeamento, embora, desde 2018, a bioeconomia tenha sido reconhecida como estratégia nacional de desenvolvimento para a Amazônia — com um marco jurídico amplo e robusto —, esse marco se apresenta fragmentado e carece de uma lei-quadro que facilite a articulação entre os setores produtivos, as autoridades ambientais e os diferentes níveis de governo. Na Amazônia, os bionegócios comunitários são those formados e liderados por comunidades tradicionais,

povos indígenas e agricultores familiares, contribuindo para a conservação dos ecossistemas, a geração de emprego e o bem-estar das comunidades locais. Cooperativas e associações gerem projetos de agrofloresta, de manejo florestal, de pesca artesanal e de sistemas alimentares sustentáveis. Cada iniciativa fortalece o bom viver dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, integrando produção e sustentabilidade sob um propósito comum: promover um desenvolvimento que preserve a Amazônia.



► Açaí, Brasil

Mapeamentos:

Conhecer e Fortalecer

Nesta primeira etapa, o projeto AmazonBeEco realizou quatro mapeamentos nos quais coletou informações que permitem compreender o contexto da sociobioeconomia em cada um dos seis países. Foi utilizada uma metodologia mista e multifonte, combinando revisão exaustiva de documentação, regulamentações e literatura especializada, além de pesquisas estruturadas e entrevistas com integrantes de bionegócios, atores-chave e especialistas.

Os parceiros de cada país precisaram alinhar-se aos objetivos e metas gerais do projeto para garantir uma coleta de dados consistente e completa. Para isso, foram sugeridas ferramentas que apoiassem a coleta estruturada de dados, sua análise e visualização — como, por exemplo, o PESTLE (Político, Econômico, Social, Tecnológico, Legal e Ambiental).

Os dados do ecossistema de bionegócios (Mapeamento 2) na Colômbia, no Equador, na Guiana, no Peru e no Suriname foram coletados em 2025, no âmbito das ações iniciais do AmazonBeEco em cada país. No caso brasileiro, foram utilizados dados coletados pelo programa 'Desafio Conexsus', implementado pela Conexsus no Brasil entre 2018 e o início de 2020. Assim, reuniram-se as bases de dados de ambos os esforços, permitindo uma visão agregada e ampla do ecossistema de bionegócios na Pan-Amazônia.



► Mapeamento, Brasil.

No total, foram identificados 3.203 bionegócios, dos quais 730 foram caracterizados. Além disso, foram mapeadas 211 regulamentações, 375 atores da sociobioeconomia, 96 atores financeiros e 15 cadeias de valor. Essa base de dados ampla e diversa fortalece o acesso a informações sobre a bioeconomia na Pan-Amazônia, abrindo espaço para que futuras políticas e programas de apoio a esse ecossistema mobilizem estrategicamente as informações aqui apresentadas.



► Chontaduro, Colômbia

Mapeamento 1

Contexto Institucional e Regulatorio

Neste primeiro mapeamento, buscou-se compreender as condições atuais em termos políticos, sociais, econômicos e legais, a partir de uma análise abrangente e estruturada do contexto regulatório e institucional que influencia o desenvolvimento da sociobioeconomia em cada país. O mapeamento permitiu uma compreensão integral, estruturada e prática, incluindo a dinâmica dos fatores externos que influenciam o desempenho e a coordenação das instituições-chave. Foram também identificados atores-chave nos âmbitos público, social e financeiro.



► Workshop de inovação, Putumayo, Colômbia

Colômbia

Marco regulatório

De acordo com o mapeamento, embora desde 2018 a bioeconomia tenha sido reconhecida como estratégia nacional de desenvolvimento para a Amazônia — com um marco jurídico amplo e robusto —, esse marco se apresenta fragmentado e carece de uma lei-quadro que facilite a articulação entre os setores produtivos, as autoridades ambientais e os diferentes níveis de governo. Em particular, o desenvolvimento da bioeconomia foi reconhecido como estratégia nacional por meio do CONPES 3934 (Política de Crescimento Verde).

Em relação à região amazônica, a Sentença STC-4360 de 2018 declarou a Amazônia como sujeito de direitos. Existem também regulamentações para concessões florestais camponesas em terras devolutas da Lei 2ª de 1959, priorizando zonas amazônicas com alto desmatamento.



Atores-chave

→ Público

O Departamento Nacional de Planejamento (DNP) consolida-se como o articulador da bioeconomia. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (MinAmbiente) lidera as políticas de negócios verdes. O fomento e a execução ficam a cargo do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MinAgricultura), do SENA e da Agência de Desenvolvimento Rural (ADR). INVIMA e ICA zelam pela sanidade e pela inocuidade.

→ Pesquisa

O Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (SINCHI) e a Agro-savia geram o conhecimento técnico-científico que fundamenta a inovação.

→ Cooperação e ONGs

Organizações como GIZ, PNUD, WWF, Gaia Amazonas e BID Lab aportam financiamento, metodologias e acompanhamento em campo.

→ Setor Privado

Empresas como a Natura Cosméticos desenvolveram modelos de biocomércio justos em parceria com comunidades locais.



► Cacota e copoazú, Colômbia / Açai, Colômbia / Workshop de inovação, Putumayo, Colômbia.



► Sumaco, Archidona, Sacha Laran, Equador.

Equador

Marco Regulatorio

O país não possui política de bioeconomia nem regulamentação para sua aplicação. No entanto, desde 2020, o Estado equatoriano tem demonstrado uma crescente abertura à bioeconomia como eixo do desenvolvimento sustentável. Por meio do MAATE, do MAG e do MPCEIP, está sendo construída, de forma participativa, a Estratégia Nacional de Bioeconomia (ENB). O lançamento do 'Livro Branco da Bioeconomia do Equador' em 2024 foi um marco importante..

Nota: No início de agosto de 2025, o governo do Equador decidiu reduzir o tamanho do Estado e fundiu algumas instituições públicas, incluindo o MAATE, que atualmente está sendo absorvido pelo Ministério de Energia e Minas. Isso pode afetar seriamente os avanços na bioeconomia.



Atores-chave

→ Público

MAATE, MAG e a Secretaria Técnica da Circunscrição Territorial Especial Amazônica (STCTEA) são atores-chave.

→ Academia e Pesquisa

A Universidade Regional Amazônica Ikiam (IKIAM), com incubadora de bioempreendimentos, é estratégica para a transferência de conhecimento.

→ Comunidades Indígenas

A Corporação Chakra e a CONFENIAE representam cerca de 1.500 comunidades indígenas.

→ Financeiro

CONAFIPS, Fundo de Investimento Ambiental Sustentável (FIAS), fundos concursáveis da STCTEA, IICA e bionegócios do Equador.



Guyana

Marco regulatório

Na Guiana, a Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (LCDS) 2030 é um marco político sólido para o desenvolvimento socioeconômico. Foca em manter a cobertura florestal e incorpora um mecanismo que destine 15% das receitas do mercado de carbono às comunidades indígenas. A lei fundamental para os direitos indígenas é a Amerindian Act de 2006.

Atores-chave

→ Público

O Ministério das Finanças controla os fluxos de financiamento. O Small Business Bureau presta apoio direto às empresas. O Ministério de Assuntos Ameríndios é a autoridade principal responsável pelos direitos indígenas e pela titulação de terras.



► Lago Agrio, Equador / Coca-orellana, Equador / Achiote, Ecuador.

→ **Representantes Indígenas e Comunitários**

Atores fundamentais na implementação da LCDS 2030.

→ **Financeiro**

O Fundo de Inovação Rupununi, administrado pelo Guyana Bank for Trade & Industry, é um modelo bem-sucedido.

Peru

Marco regulatório

O Peru possui a Política Nacional de Bioeconomia, aprovada em 2021, e o Plano Nacional de Desenvolvimento de Capacidades em Bioeconomia. Instrumentos legais incluem a Estratégia Nacional de Biocomércio, a Lei de Promoção do Investimento na Amazônia (Lei 27037) e a Lei de Proteção dos Conhecimentos Coletivos dos Povos Indígenas Vinculados aos Recursos Biológicos. No entanto, o marco regulatório ainda apresenta lacunas significativas, sem um conjunto normativo robusto que permita a existência de programas de longo prazo independentes da vontade política.

Atores-chave

→ **Público**

O Ministério do Meio Ambiente (MINAM) lidera a sociobioeconomia. Os ministérios da Agricultura (MIDAGRI) e da Produção (PRODUCE) desenvolvem programas voltados às cadeias produtivas sustentáveis.

→ **Comunidades indígenas**

A AIDSESEP é um ator-chave na representação nacional dessas comunidades.

→ **Sociedade Civil e ONGs**

AIDER, CEDIA e NAB Peru trabalham pelo desenvolvimento sustentável.

→ **Cooperação Internacional**

GGGI, FAO, BID e GIZ financiam e apoiam tecnicamente as iniciativas.



► Kemito Ene, Satipo, Peru.

→ Setor Privado

Empresas como a Natura são elos fundamentais nas cadeias de valor florestais.

Suriname

Marco regulatório

O país carece de uma estratégia nacional que integre as cadeias de valor de base biológica, a agricultura sustentável e a inovação. Embora possua estratégias relevantes como a Estratégia de Desenvolvimento Verde e o NBSAP, sua implementação permanece limitada. A Política de Sociobioeconomia inclui o desenvolvimento de padrões locais de certificação, com o envolvimento das Comunidades Indígenas e Tribais. A Environmental Framework Act (2020) fornece a base legal para a governança ambiental.



Atores chave

→ Público

A Fundação para a Supervisão e Gestão Florestal (SBB) supervisiona o uso sustentável dos recursos florestais. Ministérios relevantes: Finanças, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (ROM) e Política de Terras e Manejo Florestal (GBB).

• Academia

O CELOS realiza pesquisas sobre a biodiversidade e o uso dos recursos naturais.

→ ONGs

O Amazon Conservation Team (ACT) desempenha um papel vital no empoderamento comunitário.

→ Financieros

O National Development Bank (NOB) e o Finabank oferecem empréstimos ao setor.

→ Setor Privado

O maior grupo de partes interessadas, com forte participação no ecoturismo, nos produtos florestais não madeireiros e na medicina tradicional.

Desafíos

Desafíos Econômicos - Barreiras Persistentes

O mapeamento do contexto da bioeconomia na Pan-Amazônia evidencia um conjunto de limitações compartilhadas por todos os países que, se não forem enfrentadas, incidirão de forma significativa sobre o futuro dos bionegócios. Essas limitações compartilham uma característica comum: a falta de mecanismos de apoio adequados à

► Kemito Ene, Satipo, Peru / Taropoto, San Martín, Peru / Kemito Ene, Satipo, Peru.

realidade da Pan-Amazônia e à escala de produção que os negócios nessas comunidades podem alcançar.

O acesso ao financiamento é uma das barreiras mais persistentes. Os bancos formais oferecem produtos que não se ajustam às necessidades das comunidades, seja pelas exigências elevadas, pela falta de garantias ou pela capacidade técnica limitada dos bionegócios para elaborar os planos financeiros exigidos. A isso se somam a escassa disponibilidade de microcrédito rural e o desconhecimento ou a inacessibilidade dos incentivos econômicos.

A infraestrutura deficiente e os altos custos operacionais também aprofundam as desigualdades econômicas. As comunidades enfrentam dificuldades logísticas: estradas em mau estado, conectividade insuficiente e custos elevados, o que encarece os produtos bioeconômicos e reduz sua competitividade. A articulação fraca com os mercados e as barreiras regulatórias que não refletem a realidade amazônica também afetam os bionegócios.

Desafíos Sociales

Brechas Sociales

A vulnerabilidade social na região pan-amazônica evidencia que as iniciativas de sociobioeconomia enfrentam obstáculos significativos que limitam tanto a participação quanto o desenvolvimento comunitário. No Equador Amazônico, 44% vivem em extrema pobreza e 67,77% em pobreza por renda. Na Colômbia, 54% dos domicílios da região Orinoquia-Amazônia apresentam baixo nível educacional (Pesquisa de Qualidade de Vida 2023-2024).

Pose da Terra

A posse da terra e os direitos de propriedade constituem uma barreira transversal, gerando insegurança jurídica para as comunidades indígenas, nativas e camponesas. No Peru, 83% dos entrevistados indicaram que os direitos de propriedade não estão definidos nem protegidos, e apenas cerca de 30% das comunidades nativas possuem títulos formalizados. Na Colômbia, 64% das instituições rela-

taram que esses direitos tampouco estão claramente definidos. No Suriname, a situação é semelhante, sem reconhecimento legal dos direitos coletivos dos povos indígenas.

Desafios Culturais y Políticos

Inequidades de gênero

As dinâmicas de gênero influenciam significativamente a participação nos contextos da sociobioeconomia. Embora as mulheres demonstrem alto nível de envolvimento, enfrentam barreiras estruturais que limitam o acesso a recursos, à capacitação e às oportunidades de liderança. No Peru e no Equador, essas desigualdades se manifestam em dificuldades de acesso a recursos produtivos e a programas de formação. No Suriname, as mulheres também enfrentam cargas domésticas e familiares que dificultam sua participação em atividades de liderança. Na Guiana, cerca de 32% das mulheres são proprietárias de negócios, principalmente na agricultura, nas florestas e na pesca.

Perda de Saberes Tradicionais

Os bionegócios contam com alta participação de povos originários. No entanto, os relatórios por país evidenciam que o conhecimento tradicional, embora valorizado, está se enfraquecendo devido à migração juvenil, à influência da tecnologia e da educação formal, à pressão econômica e à homogeneização produtiva, e à falta de reconhecimento e remuneração do conhecimento ancestral. Na Colômbia, a bioeconomia é posicionada como um instrumento estratégico para a construção da paz. No Suriname, a ausência de marcos legais impede as comunidades de preservar e aplicar ativamente seus saberes.

Fragilidade Institucional

A bioeconomia na região pan-amazônica enfrenta desafios decorrentes da instabilidade política, da fragmentação normativa e da falta de continuidade no apoio governamental. A volatilidade política e a descontinuidade institucional dificultam o planejamento de longo



► Caquetá, Colômbia.

prazo, o investimento e a implementação sustentada de projetos. A fragmentação normativa, a escassa coordenação interinstitucional e a limitada vontade política reduzem a formalização dos bionegócios.

Oportunidades

Fatores Habilitadores Institucionais

- A bioeconomia: posicionada como uma via para diversificar a economia nacional, reduzir a dependência do petróleo e promover o uso sustentável da biodiversidade.
- Marcos Legais e Estratégicos: A maioria dos países possui leis fundamentais de proteção da biodiversidade, códigos ambientais e estratégias nacionais de crescimento verde ou de desenvolvimento de baixo carbono.
- Governança Territorial e Indígena: Leis e decretos reconhecem a autonomia dos povos indígenas, seus direitos coletivos e seu papel fundamental na gestão dos recursos naturais.

- **Sistemas de Pesquisa Regional:** A presença de institutos científicos, universidades e centros de pesquisa especializados na Amazônia pode gerar o conhecimento técnico necessário à inovação.
- **Estruturas de Planejamento Específicas:** A criação de secretarias técnicas ou conselhos dedicados ao planejamento e ao financiamento da região amazônica pode viabilizar uma gestão mais focada.

Janelas de Oportunidade

- **Alinhamento com os Compromissos Globais:** O cumprimento dos ODS e dos acordos internacionais sobre mudanças climáticas, como o Acordo de Paris, posiciona a Amazônia como prioridade no financiamento climático global.
- **Sistemas de Conhecimento Tradicional:** constituem ativos estratégicos que, ao serem integrados a estratégias de negócios e de inovação, podem fortalecer significativamente os meios de vida das comunidades.
- **Novos Mecanismos Financeiros:** Expandir o acesso a capital adequado por meio de estratégias de blended finance — combinando capital filantrópico com outras fontes (de impacto, comerciais, climáticas e públicas).
- **Paz e Desenvolvimento Rural:** Em contextos específicos, a bioeconomia é percebida como uma ferramenta para a construção da paz e a substituição de economias ilícitas.
- **Comprometimento Local:** A inovação comunitária no ecoturismo, na agricultura sustentável e na produção de produtos naturais oferece modelos de desenvolvimento escaláveis.

Pontos de Entrada para Melhor Coordenação

- **Regularização Fundiária:** Acelerar a titulação e a segurança jurídica do território é o passo prévio indispensável para que as comunidades possam acessar crédito e realizar investimentos de longo prazo.
- **Plataformas de Diálogo Multissetorial:** Criar ou fortalecer mesas técnicas nas quais os setores de meio ambiente, agricultura, comércio e finanças interajam para reduzir a fragmentação normativa.
- **Financiamento Adaptado:** Desenhar instrumentos financeiros (créditos verdes, fundos rotativos) com requisitos simplificados e taxas ajustadas aos ciclos de produção biológica.
- **Simplificação de Trâmites e Certificação:** Estabelecer rotas de formalização progressiva e balcões únicos que adaptem as exigências sanitárias, tributárias e comerciais à pequena escala dos bionegócios amazônicos.
- **Integração do Conhecimento Tradicional:** Formalizar a proteção dos saberes ancestrais e assegurar que as comunidades participem, de forma equitativa, dos benefícios decorrentes de seu uso comercial.



► Cacao, Colômbia.

Mapeamento 2

Bionegócios e Seus Ecossistemas

O segundo mapeamento focou em identificar e analisar os bionegócios, avaliando suas características estruturais, sistemas de produção, redes de apoio e dinâmicas socioeconômicas nas comunidades. Cada país realizou um levantamento detalhado para detectar e caracterizar bionegócios, coletando informações sobre o número de sócios ou integrantes e a natureza jurídica, bem como sobre as populações que os lideram, o gênero e a idade dos participantes, os produtos estratégicos e as parcerias existentes.

Brasil

Áreas Mapeadas

O estudo abrangeu os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.

Bionegócios

Foram identificadas 396 cooperativas e associações vinculadas à bioeconomia nos territórios mapeados. 63% das organizações têm até 100 sócios.

Produtos Estratégicos

Uma parte significativa das organizações atua em cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros (PFNM), como açaí, castanha-do-Para, sementes e outros produtos da floresta, o que corresponde a 64% dos casos analisados. 43% participam de cadeias de valor vinculadas à agricultura familiar, incluindo café, mel e diversas frutas. A artesanaria está presente em 28% das organizações e a pesca em 25%.

Mercado e Comercialização

70% das organizações comercializam diretamente em mercados públicos; 35% estabelecem relações comerciais com varejistas; e apenas 20% estabelecem relações comerciais com a indústria. O acesso ao financiamento permanece limitado — apenas 10% dos bionegócios relatam tê-lo.

Ecuador

Áreas Mapeadas

O estudo abrangeu as províncias amazônicas de Napo, Pastaza, Sucumbíos, Orellana e Zamora-Chinchipe.

Bionegócios

Foram coletadas informações de mais de 180 bionegócios ativos, reduzidas a 101 bionegócios associativos após o cruzamento das informações de existência legal. Finalmente, 17 bionegócios associativos foram selecionados para participar do processo de fortalecimento do projeto.

Sócios ou Integrantes

Mais da metade dos 101 bionegócios mapeados não tem mais de 50 associados. Apenas 61% dos sócios vendem seus produtos regularmente, o que se explica pela presença de intermediários. Há uma elevada representação de comunidades indígenas e camponesas.

Mulheres e Jovens

Dos 17 bionegócios selecionados, há 869 sócios no total (362 homens e 507 mulheres) e 119 jovens (20-30 anos) como sócios ativos. Há alto risco de redução desse número devido ao abandono do campo pelos jovens.

Produtos Estratégicos

As principais linhas produtivas são o café e o cacau (vendidos em grão seco ou elaborados como café torrado, pasta de cacau, licor de cacau e chocolate). Outros produtos relevantes: guayusa (*Ilex guayusa*), ishpingo (*Ocotea quixos*), sacha inchi (*Plukenetia volubilis*), macambo, artesanato e produção piscícola. A maioria dos negócios utiliza sistemas agroflorestais, com predominância do sistema chakra.

Mercado e Comercializacao

Os bionegócios com sistemas de governança consolidados (principalmente cacau e café) alcançaram mercados internacionais, incluindo os Estados Unidos, a Europa e os mercados asiáticos. Os demais setores enfrentam sérias dificuldades de acesso aos mercados nacionais e internacionais.



Chakra

Sabedoria ancestral

A região amazônica equatoriana é um ecossistema único em que convergem uma biodiversidade excepcional e sistemas produtivos tradicionais milenares. Comunidades indígenas - particularmente os povos Kichwa, Shuar, Achuar e Wao-rani - aperfeizaram complexos sistemas agrofloreais denominados chakras, que constituem o fundamento da economia rural amazônica contemporânea. Esse sistema foi reconhecido internacionalmente pela FAO como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM). As chakramamas — mulheres kichwa que possuem sabedoria ancestral — administram 80% das chakras, segundo dados da FAO (2023).

Colômbia

Áreas Mapeadas

O mapeamento detalhado concentrou-se principalmente nos departamentos de Putumayo, Caqueta, Guaviare e Amazonas, incluindo também organizações de Guainia, Vichada e Meta.

Bionegócios

A partir de uma base inicial de 2.248 registros, foram validadas 1.666 organizações e caracterizados detalhadamente 145 bionegócios comunitários. 41 foram diagnosticados em profundidade e 11 foram pré-selecionados para avançar no processo de fortalecimento.

Sócios ou Integrantes

O universo total de 145 bionegócios mapeados reúne 9.399 sócios, dos quais 7.877 são ativos. Essas organizações geram 145 empregos formais e 675 empregos informais.

Natureza Jurídica

62% dos bionegócios foram constituídos como associações. As empresas privadas na forma de Sociedade por Ações Simplificada (SAS) representam 17% e as cooperativas, 9%.

Mulheres e Jovens

54% do total de sócios são mulheres (5.046 sócias). A participação de jovens em cargos diretivos é limitada.

Mercado e Comercialização

A maioria dos bionegócios não dispõe de canais de comercialização consolidados — apenas 20% têm canais comerciais formais. O valor total das vendas anuais dos 145 bionegócios chega a COP \$ 18.602 milhões.

Musu Pakarii

Construindo a Paz

A Associação Musu Pakarii ('Novo Amanhecer' em língua Inga) está localizada no município de Puerto Guzmán, no departamento de Putumayo, e foi fundada em 2016 para apoiar famílias indígenas e comunidades deslocadas pelo conflito armado. Comercializa cacau em grão seco padrão com a Companhia Nacional de Chocolates e cacau orgânico certificado com a Kaoka, na França. Também transforma cacau em chocolate de mesa com certificação sanitária e elabora subprodutos como doces e chocotentacion, à base de chontaduro, açaí, nibs, cravos e outros frutos amazônicos.

Guyana

Áreas Mapeadas

O mapeamento foi realizado em seis comunidades do interior da Região 8 (Montanhas Pakaraima), por meio de visitas de campo e de forma virtual nas Regiões 1, 2, 3, 4, 6, 9 e 10 — cobrindo 8 das 10 regiões da Guiana.

Bionegócios

Inicialmente, foram mapeados 78 bionegócios; 15 foram classificados como bionegócios comunitários. 7 foram selecionados para receber apoio técnico.

Sócios ou Integrantes

O número de membros economicamente ativos varia de 2 a 60, com uma média de 15 a 30 por organização. 83,3% se identificam como membros de comunidades indígenas; há também participação de afrodescendentes (41,7%) e de indo-descendentes (25%).

Natureza Jurídica

7 dos 12 CBBs selecionados estão registrados como cooperativas. Apenas 58% estão formalmente registrados.

Mulheres e Jovens

Há forte representação feminina, incluindo organizações totalmente lideradas por mulheres. A participação juvenil varia de 0 a 15 membros.

Mercado e Comercialização

42% alcançam o mercado nacional e 33% alcançam mercados internacionais, embora principalmente de forma informal. A exportação formal é mínima. 42% não utilizam nenhuma marca formal.

Blue Flame Women's Group

Elas no Comando

O mapeamento de bionergocios comunitários na Guiana indica uma marcada presença feminina nessas iniciativas, incluindo organizações completamente lideradas por mulheres - como o Blue Flame Women's Group da Região 1. Dedicado ao agroprocessamento de produtos locais como cacau, mandioca e frutas, este grupo demonstra como os bionergocios geridos por mulheres não só impulsionam o desenvolvimento econômico comunitário, mas também fortalecem a segurança alimentar, a agregação de valor e a autonomia econômica em regiões rurais e indígenas.

Perú

Áreas mapeadas

O estudo abrangeu bionegócios em nove regiões amazônicas: Loreto, Amazonas, San Martín, Ucayali, Junín, Madre de Dios, Cusco, Pasco e Puno.

Bionegócios

Foram analisados 64 bionegócios nas regiões amazônicas. Mais da metade (33) tem menos de 8 anos de operação. 66% têm liderança indígena.

Natureza Jurídica

Predominam as associações e comunidades sem fins lucrativos (55%). 92% formalizaram legalmente sua organização.

Mulheres e Jovens

Há predominância de sócios do sexo masculino (57%) em relação ao feminino (43%); no entanto, 44% das organizações têm liderança paritária. Apenas 25% relatam envolvimento de jovens.

Produtos Estratégicos

Foram identificados pelo menos 12 setores distintos. 38% dos negócios ainda vendem matéria-prima sem processamento; 62% já apoiam a transição para produtos com valor agregado.

Mercado e Comercialização

As vendas totais cresceram 126% entre 2023 e 2024. No entanto, 74% das organizações ainda têm vendas inferiores a USD 27.000. 9 negócios exportam (14%), principalmente para os EUA, México e Canadá. 41% não têm presença digital.

Associação de Artesãs Eto Tsireri

Cuidando do Território

Localizado na comunidade nativa de Timpia (região de Cusco), dentro da zona de amortecimento do Santuário Nacional Megantoni e da Reserva Comunal Matsigenka, este coletivo de 24 mulheres matsigenkas busca revalorizar os saberes ancestrais e recuperar os recursos naturais necessários à produção de seu artesanato. Elaboram cerâmicas, tecidos e teares de cintura, bijuterias e cestaria, que costumam ser expostos em feiras como a ExpoAmazonica e a Ruraq Maki: Nossa Herança Feita à Mão.

Surinam

Áreas Mapeadas

O mapeamento foi direcionado a comunidades locais e tradicionais que realizam atividades sociobioeconômicas, incluindo povos indígenas, afrodescendentes (Maroons) e outros grupos tradicionais, em territórios rurais e florestais.

Bionegócios

Foram analisados 64 bionegócios nas regiões amazônicas. Mais da metade (33) tem menos de 8 anos de operação. 66% têm liderança indígena.

Sócios ou Integrantes

53% das organizações incluem membros indígenas e 47% incluem membros afrodescendentes, o que ressalta o papel fundamental dessas empresas na inclusão social.

Natureza Jurídica

67% são cooperativas; 33% são fundações. Todas as organizações estão legalmente registradas, com forte orientação para a governança formal e participativa.

Produtos Estratégicos

As atividades concentram-se na agrofloresta, na coleta de PFNM e no processamento tradicional de bens naturais. Os produtos incluem açaí, castanha-do-pará, plantas medicinais, cosméticos naturais e ecoturismo.

Mercado e Comercialização

A maioria opera em nível nacional (47%) e local (33%). Apenas 3 das 15 organizações relatam vendas em mercados internacionais. 73% não utilizam ferramentas de inteligência de mercado.



► Workshop, Pucallpa, Ucayali, Peru.

Mapeamento 3

Legislação, Mecanismos e Atores Financeiros

Neste mapeamento foi levantado o ecossistema de financiamento da bioeconomia. Analisou-se o marco regulatório que incide no financiamento, identificaram-se e classificaram-se os atores públicos e privados, avaliando-se seu nível de alinhamento e acessibilidade. Além disso, foram mapeados os mecanismos financeiros existentes - incluindo instrumentos de crédito e modelos híbridos - com o fim de orientar a criação de políticas públicas e instrumentos financeiros adequados.

A tabela a seguir resume os principais achados e mecanismos financeiros priorizados por países:

País	Oportunidades do Marco Regulatório	Barreiras do Marco Regulatório	Mecanismos Financeiros Priorizados	Observações-chave
BRASIL	Marco robusto para a bioeconomia, os direitos indígenas e a conservação. BNDES e iniciativas do governo (Ecoinvest, Fundo Clima).	Desigualdades territoriais, sobreposição normativa e barreiras fiscais que dificultam a inclusão das comunidades tradicionais.	Financiamento de preparação, PSA, títulos de biodiversidade e swaps de dívida. Combina capital público, privado e climático.	Brasil lidera em diversidade de mecanismos e em maturidade institucional. Deve adaptar os instrumentos a territórios com menor capacidade operacional.
COLÔMBIA	Avanço significativo no reconhecimento da bioeconomia: Taxonomia Verde, Sociedades BIC, Decreto PSA.	Fragmentação institucional, fraca articulação intersetorial e normas mal adaptadas à realidade dos	Linhas especiais de crédito e PSA pelo potencial de escalabilidade e respaldo institucional (Finagro, Findeter, Banco Agrario).	Destaca-se pelo ecossistema financeiro verde emergente. Deve-se melhorar a conexão entre o nível nacional e os atores territoriais.
EQUADOR	Marco legal que reconhece direitos coletivos e promove o uso sustentável da biodiversidade (taxonomia CONAFIPS, programa BASE).	Procedimentos administrativos complexos, baixa articulação institucional, consulta prévia efetiva limitada.	Financiamento baseado em receitas, PSA e linhas de crédito especiais alinhados à economia popular e à conservação comunitária.	Liderança em inovação com swap de dívida por natureza. Desafio principal: consolidar a governança entre os níveis de governo.
GUIANA	Pioneiro em mecanismos de carbono (créditos ART-TREES), destinando benefícios diretamente às comunidades. CLPI reconhecido.	Conflitos por títulos de propriedade, processos burocráticos longos e capacidades técnicas limitadas nas áreas rurais.	Financiamento de preparação, PSA e linhas de crédito adaptadas, conectando pagamentos por desempenho a instrumentos comunitários.	Posição estratégica por meio do acesso ao mercado de carbono. Deve estruturar esquemas financeiros híbridos.

País	Oportunidades do Marco Regulatório	Barreiras do Marco Regulatório	Mecanismos Financeiros Priorizados	Observacoes-chave
PERU	Arquitetura normativa robusta, reconhecendo bionergocios, promovendo finanças verdes e regulando o acesso e a repartição de benefícios.	Procedimentos complexos, requisitos fiscais restritivos, fragmentação institucional e escassa presença do Estado na Amazônia.	Financiamento de preparação, PSA e linhas de crédito adaptadas combinando assistência técnica, incentivos por desempenho e crédito local.	Grande potencial para liderar a inovação financeira verde. Biocredito e Profonanpe são modelos promissores.
SURINAME	Incentivos fiscais e um marco favorável ao investimento em florestas sustentáveis. Acesso ao programa Amazônia Forever.	A ausência de lei ambiental, a governança fraca e a falta de reconhecimento dos direitos comunitários criam incerteza.	Financiamento de preparação e linhas especiais de crédito para fortalecer as capacidades locais e estruturar projetos viáveis.	Necessita avançar na legislação ambiental e em marcos de governança mais inclusivos.

Recomendaciones

- Fortalecer a coordenação multiatutor e a governança territorial: Criar plataformas de coordenação interinstitucional com enfoque territorial que integrem governos, entidades financeiras, cooperação internacional, setor privado e comunidades.
- Estabelecer um veículo de assistência técnica permanente e territorial: um mecanismo que ofereça formação, apoio em modelos de negócio, assessoria para formalização e ferramentas de medição de impacto.
- Aplicar uma abordagem flexível conforme o nível de maturidade do ecossistema: A implementação deve ajustar-se ao desenvolvimento institucional e financeiro de cada território.
- Desenhar mecanismos de mitigação de risco e esquemas de financiamento combinado, incluindo um Fundo Atacadista regional: Criar instrumentos como garantias, linhas de primeira perda e seguros adaptados, complementados por esquemas de blended finance.
- Posicionar os bionegócios comunitarios como oportunidade estratégica de investimento: Uma estratégia de marketing territorial que destaque seu valor ambiental, social, e economico.



► Taller modelo de negocios, Florencia, Caquetá, Colombia.

Mapeo 4

Oportunidades comerciales

Neste quarto mapeamento foi realizada uma análise das oportunidades de mercado para fortalecer os bionegócios comunitários em cada país, priorizando cadeias de valor-chave e oportunidades comerciais em nível nacional e internacional. Cinco oportunidades comerciais transversais foram identificadas com base na demanda global:

- **Mercado Global de Ingredientes Naturais, Superalimentos e Biocosmética**

Alta demanda internacional por produtos funcionais, ingredientes naturais e superalimentos com critérios éticos de produção. Mercados-chave: UE, EUA, Coreia do Sul, Japão.

- **Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM)**

e Artesanato: A exploração sustentável de PFNM e a produção de artesanato a partir de sementes e fibras naturais representam oportunidades para diversificar a oferta.

- **Consumidores Buscando Experiências Alimentares Audaciosas e**

Extraordinárias: A exploração sustentável de PFNM e a produção de artesanato a partir de sementes e fibras naturais representam oportunidades para diversificar a oferta.

- **Consumidores Buscando Experiências Alimentares Audaciosas e**

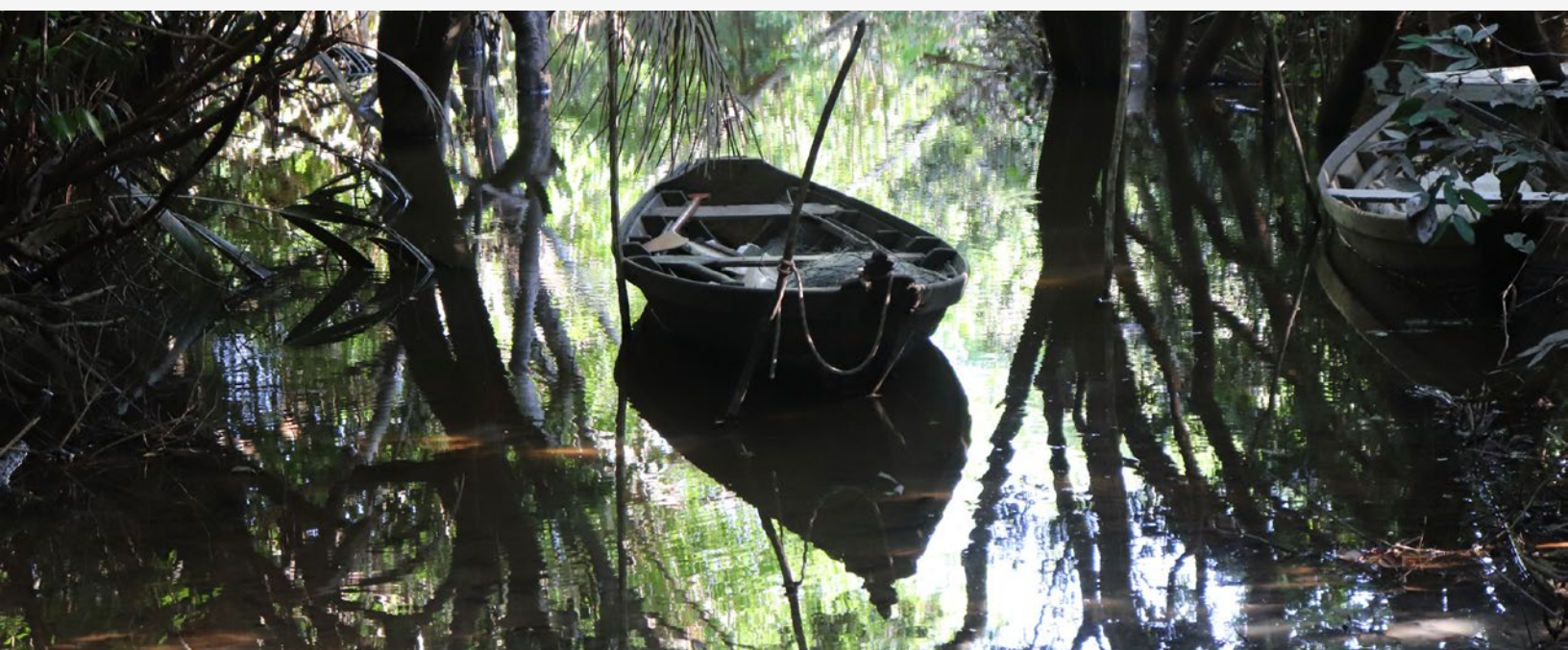
Extraordinárias: Demanda crescente por produtos amazônicos únicos em mercados que priorizam 'Planos de Vida Saudável', 'Bem-Estar de Precisão' e 'Ecológico'.

- **Valor Agregado dos Saberes Tradicionais dos Povos Originários:**

Os povos originários e as comunidades tradicionais são atores fundamentais da sociobioeconomia amazônica.

- **Desenvolvimento do Ecoturismo e do Turismo Vivencial de Natu-**

reza: O turismo como um bionegócio importante, com potencial de escalabilidade na Amazônia.



Principales hallazgos por países

País	Vantagens Competitivas	Produtos Estratégicos	Cadeias de Valor	Compradores Potenciais	Oportunidades de Exportação	Distribuição
BRASIL	Uma das maiores riquezas biológicas do planeta; marco institucional fortalecido pela Secretaria Nacional de Bioeconomia (2023); certificações de origem (FSC, orgânico, Fair-Trade).	Açaí, cacau, castanha-do-pará, óleos vegetais (copaíba, andiroba, murumuru, buriti), fitoterápicos, bebidas artesanais.	Açaí (extrativista + industrial); cacau (agrofloresta, bean-to-bar); castanha (tradicional, estruturada); copaíba (cosmética/farmacologia).	Indústrias de alimentos funcionais e superfoods; cosmética natural e vegana; chocolates finos/gourmet. Natura e compradores B2B internacionais.	EUA (principal importador de açaí e castanha), Alemanha, França, Reino Unido, Japão, Bélgica, Portugal. Niches de alto valor que exigem certificações como Rainforest Alliance, COSMOS ou FDA.	Contratos diretos, e-commerce ético (Bioconex, Negócios pela Terra), redes de comercialização solidária, Origens Brasil.
COLÔMBIA	Um dos países mais biodiversos do mundo. Cacau amazônico posicionado como fino em sabor e aroma; borracha natural com alto potencial.	Frutos amazônicos (acai, copoazu, canangucha, sacha inchi, camu, araza, cacay); cacau amazônico; artesanato; borracha natural; turismo de natureza.	PFNM, frutos amazônicos, turismo de natureza, artesanato, cacau amazônico, borracha.	Nacional: indústrias de cosméticos, alimentos e turismo. Internacional: EUA e Europa (ingredientes naturais); compradores de cacau dos EUA, do México e do Equador.	Alta demanda por cacau fino de sabor em mercados gourmet (Bélgica, Suíça, Japão). Frutos amazônicos em cosmética/nutracêutica. Mercado de cosmética natural superará USD 25 bi em 2025.	Feiras internacionais (Biofach, SIAL), plataformas digitais (Amazon, Etsy, Mercado Libre), venda direta.
EQUADOR	Um dos principais produtores e exportadores de cacau e guayusa; diversidade genética única do cacau fino de sabor; sistema chakra reconhecido pela FAO como SIPAM.	Cacau e elaborados, derivados de café, banana, guayusa, macambo, paiche amazônico, artesanato, cosméticos naturais.	Agricultura; alimentos e bebidas (superalimentos, snacks); PFNM; aquicultura; artesanato/cosméticos; ecoturismo.	Nacional: supermercados, HORECA, fábricas. Internacional: importadores especializados, procesadoras de chocolate.	Mercado europeu isento de tarifas sobre cacau. Guayusa funciona como uma bebida energética natural. Exportações de orgânicos certificados cresceram 74% em 2024.	Distribuição tradicional (centros logísticos em Tena, Nueva Loja, Puyo, Macas e Zamora); MercadoLibre; EXPO AMAZONIA 2025.
GUIANA	Status HFLD apoia sua posição em serviços ambientais; USD 237,5 milhões/ano em créditos de carbono (potencial de USD 4-5 bi); marco político claro (LCDS 2030).	Madeira (Greenheart, Purpleheart), PFNM (nimbi, balatá, óleos essenciais, frutos amazônicos), agroprocessados (temperos, molhos de pimenta, beiju, concentrados de frutas, mel).	Setor madeireiro, PFNM, agroprocessados, créditos de carbono, artesanato, ecoturismo.	EUA (madeira, agroprocessados, PFNM); China e Índia (madeira, matérias-primas); UE (madeira certificada, PFNM processados); Caribe (agroprocessados)..	Crescimento nos nichos de alimentos étnicos e orgânicos nos EUA. UE exige certificações de manejo florestal sustentável. Caribe e mercado natural e acessível (CARICOM).	Exportadores diretos, feiras comerciais (GOInvest, Guyana Marketing Corporation), mercados comunitários.

País	Vantagens Competitivas	Produtos Estratégicos	Cadeias de Valor	Compradores Potenciais	Oportunidades de Exportação	Distribuicao
PERU	Amazônia peruana como um dos territórios de maior riqueza biológica e cultural. Posicionado como fornecedor estratégico em cafés de especialidade, cacau fino e castanha orgânica.	Café, cacau, castanha-do-Para, sacha inchi, gengibre e aguaje. Bio-comércio em cosmética (óleo de aguaje, manteiga de copazu, manteiga de huicungo) e ecoturismo amazônico.	Produtos cultivados, PFNM, produtos funcionais/nutréticos, biocosmética, aquicultura, ecoturismo amazônico.	Natura, Aje-group, Fuxion Biotech, Alicorp. Internacional: Amazon Health Products, Vision International, OLAM, Volcafe.	Alta demanda por cafés de especialidade. Crescente demanda por cacau orgânico na Suíça, na Alemanha, na França e nos EUA. Peru é 2º exportador mundial de castanha. Aguaje tem alto potencial na cosmética asiática.	Distribuição tradicional (Satipo, Iquitos; logística em Lima/Callao); plataformas digitais (Juntoz, Rappi, Mercado Libre); feiras Peru Natura e Ginger Week.
SURINAME	Um dos países mais verdes do mundo (mais de 90% de cobertura florestal); sumidouro de carbono vital; rico em conhecimento etnobotânico; interesse crescente em produtos orgânicos e de comércio justo.	Cacau, nozes e óleos, mel, artesanato em madeira e PFNM, açaí e turismo.	Turismo nacional, abacaxi, mel, artesanato, óleos e nozes, ervas medicinais.	Nacional: supermercados, mercados públicos (Central Market, Combe Market), restaurantes. UE: canais existentes para chocolate; cosméticos exportados para a diáspora na Holanda e na Bélgica.	Setores promissores: cacau, nozes/óleos, mel, artesanato em madeira, PFNM, açaí, turismo. Canais para UE emergentes.	Distribuição tradicional, plataformas digitais, feiras regionais.

Produtos da Sociobioeconomia:

Tudo para Crescer



Brasil

Borracha Nativa

A borracha nativa foi um dos primeiros produtos explorados comercialmente na Amazônia brasileira, estando por trás dos processos de colonização da região e de sistemas produtivos baseados em regimes de trabalho precários e degradantes. Recentemente, determinadas iniciativas retomaram essa atividade produtiva a partir de contratos de comercialização responsáveis, acesso a crédito adequado e assistência técnica, com ênfase no fornecimento do produto a grandes empresas do setor de pneus e calçados. O Brasil ainda produz menos borracha do que demanda anualmente para o consumo industrial, o que abre espaço para impulsionar a borracha nativa como atividade produtiva que fomente a conservação ambiental e gere renda de forma sustentável e justa.



Colômbia

Cacau Amazônico

O cacau amazônico é um produto de alto potencial comercial e estratégico. Sua principal força reside na qualidade reconhecida internacionalmente — grande parte do cacau colombiano é classificada como 'fino de sabor e aroma' pela Organização Internacional do Cacau (ICCO). Esse cacau é altamente valorizado em mercados gourmet e premium (Suíça, Alemanha, França, EUA e Japão) que buscam variedades nativas, rastreabilidade e narrativas de origem vinculadas à sustentabilidade e às práticas agroflorestais.



Equador

Guayusa

O Equador é um dos principais produtores de guayusa. Sua comercialização é impulsionada por uma tendência global em direção a infusões naturais, bebidas funcionais, com rastreabilidade e valor ético. O mercado europeu mostra alta demanda — em particular, Alemanha e França são mercados-chave, oferecendo preços premium para produtos orgânicos certificados. A guayusa funcional tem potencial como bebida energética natural com benefícios para a saúde mental, alinhada à tendência de mercado 'Mood Food'.



Guiana

Ecoturismo

Na Guiana foram identificados bionegócios comunitários que aproveitam a vasta biodiversidade e as tradições indígenas do país para oferecer serviços de ecoturismo como alternativa econômica sustentável às práticas extrativistas. Iniciativas como Kako Patasek Eco Lodge, Amerindian Experience e Shulinab Tourism Committee não só geram renda para as comunidades locais, como também estão estreitamente vinculadas à conservação ambiental e à custódia do território por parte das populações indígenas e rurais.



Suriname

Mel Artesanal de Abelha Sem Ferrão

As comunidades indígenas do sul do Suriname começaram a produzir, artesanalmente, mel de abelhas sem ferrão, conhecidas como meliponinas. A apicultura com esses polinizadores inofensivos, nativos das florestas tropicais e subtropicais, é uma tradição ancestral, especialmente nas aldeias de Kwamalasamutu e de Tepu. Ali, o Amazon Conservation Team (ACT) apoia a criação de uma cadeia de valor sustentável, incluindo a identificação de parceiros e compradores adequados e assistência técnica em apicultura e coleta de mel. A produção anual de mel aumentou notavelmente, passando de 25 para 109 litros em 2024.



Perú

Castanha Amazonica

O Peru é o segundo maior exportador mundial de castanha amazônica, com reputação consolidada em mercados exigentes como os EUA, Alemanha, Reino Unido e Coreia do Sul. Sua origem silvestre e sustentável constitui uma vantagem competitiva única. Essa condição permite diferenciar o produto em nichos premium e de comércio justo, especialmente se contar com certificações. Existem oportunidades na diversificação de derivados, que poderiam potencializar sua presença internacional.

ROTEIRO

POTENCIALIZAR A PAN-AMAZÔNIA

O levantamento realizado nos mapeamentos é fundamental, pois traduz as oportunidades e barreiras identificadas em ações estratégicas específicas, estabelecendo as bases para o desenvolvimento dos bionegócios. Sua principal importância reside na criação de um ambiente favorável, sólido e estruturado que apoie os bionegócios de base comunitária em toda a Pan-Amazônia.

1. Expandir o Acesso a Crédito Adequado por meio de Mecanismos Inovadores

O custo de capital para os negócios comunitários na Pan-Amazônia tende a ser muito alto, além de restritivo quanto às condições de acesso. Nesse sentido, desenhar e implementar mecanismos financeiros baseados em estratégias de blended finance — combinando recursos pacientes e com menor expectativa de retorno com recursos de natureza comercial — pode constituir uma estratégia relevante para ampliar a oferta de capital adequado a esses empreendimentos.

Adicionalmente, a crescente arquitetura de fundos e de instrumentos nacionais e globais de financiamento climático ainda enfrenta desafios para financiar diretamente os empreendimentos da bioeconomia amazônica. O desenvolvimento de coalizões regionais e de estratégias de formação e acompanhamento empresariais, combinados com ações de incidência perante os instrumentos financeiros climáticos e públicos existentes, constituem ações-chave para destravar essa fonte potencial de financiamento.

2. Impulsionar a Transformação Local, o Valor Agregado na Origem e a Adopção de Produtos da Biodiversidade Amazônica pela Indústria

Todas as análises apontam que a alta concentração das exportações em produtos pouco transformados limita a rentabilidade e representa uma oportunidade desperdiçada. Recomenda-se fomentar a transformação local com valor agregado, especialmente em produtos de alta demanda, como o cacau (licor, manteiga, nibs), o sachá inchi (óleos, farinhas proteicas) e os frutos amazônicos (polpa congelada, extratos padronizados).

Para isso, propõe-se implementar unidades de transformação comunitárias com Boas Práticas de Fabricação (BPF) e criar polos de bioindustrialização com acesso à energia limpa e à internet. Orientar investimentos do ecossistema de inovação em direção ao desenvolvimento de tecnologias e novos produtos baseados em insumos da bioeconomia amazônica será fundamental para incrementar, no longo prazo, a demanda por esses produtos.

3. Fortalecer a Infraestrutura Logística e a Articulação Interorganizacional

As limitações logísticas (cadeias de frio, infraestrutura viária deficiente e altos custos de transporte) constituem barreiras transversais que reduzem a competitividade dos produtos amazônicos. Recomenda-se articular clusters logísticos amazônicos e institucionalizar circuitos de comercialização inter-regionais. As ações devem focar-se em implementar centros de acúmulo coletivos com cadeia de frio em pontos estratégicos e em melhorar a infraestrutura de transporte (terrestre e fluvial).

4. Impulsionar o Fortalecimento Técnico-Comercial dos Bionergócios e Seu Ecossistema de Apoio

O desenvolvimento de bionegócios requer programas contínuos de fortalecimento empresarial e de profissionalização das organizações de base comunitária. Recomenda-se desenhar e implementar planos de negócio estruturados, oferecer capacitação em vendas e comunicação de valor para que os produtores possam justificar preços premium e comunicar narrativas culturais e de sustentabilidade.

Também se ressalta a necessidade de expandir e promover redes de colaboração, bem como de fornecer soluções estratégicas. Articular uma gama cada vez mais ampla de parcerias, juntamente com o estabelecimento de mecanismos de governança local/regional e a participação de atores setoriais, é fundamental para ativar o ecossistema empresarial da bioeconomia na região Pan-Amazônica.

5. Ampliar as Possibilidades de Comercialização com Mercados Públicos

Existe grande potencial de cooperação entre os países da Pan-Amazônia para a promoção de compras públicas de produtos da biodiversidade amazônica. Em alguns países, como o Brasil, as compras públicas atuaram como motor-chave da organização produtiva e da geração de renda em diversas comunidades amazônicas, constituindo, em muitas delas, o principal canal de comercialização. Fomentar intercâmbios para a transferência de conhecimento entre gestores públicos de diferentes países pode ser um caminho eficaz para estruturar sistemas regionais de compras públicas de produtos da bioeconomia.

